

INCRA-SEDE/DF

Estudo Técnico Preliminar 53/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 54000.090824/2025-59

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de serviços de apoio administrativo constitui atividade permanente, contínua e imprescindível ao bom funcionamento do INCRA, sendo recomendada sua execução de forma indireta, por ser mais conveniente e econômica. Soma-se a isso o fato de a Administração Pública não possuir estrutura de pessoal suficiente para atender a essa demanda com recursos próprios. A opção pela contratação desses serviços visa, além da melhor qualidade na execução, fomentar a evolução qualitativa das atividades desempenhadas. Importa esclarecer que as atividades a serem executadas não se confundem com aquelas privativas de servidores efetivos, tratando-se de serviços auxiliares e de apoio imprescindíveis ao funcionamento regular das unidades descentralizadas.

2.2. Os serviços de apoio administrativo é essencial no auxílio à execução das atividades dos servidores nas Superintendências Regionais do INCRA na Região Sudeste e no Médio São Francisco, em razão da escassez de mão de obra, especialmente nas áreas meio.

2.3. Adicionalmente, destaca-se que está prevista a chegada de novos servidores públicos às Superintendências Regionais, em decorrência de concurso público recentemente realizado. Essa recomposição do quadro funcional reforça a necessidade de uma estrutura de apoio consolidada, que contribua para a integração e o melhor aproveitamento dos novos profissionais, assegurando a continuidade e o fortalecimento das ações institucionais.

2.4. Nesse contexto, o princípio da eficiência impõe à Administração Pública o dever de atuar com maior presteza, qualidade e resultado. A contratação de serviços de apoio administrativo, por meio da execução indireta, alinha-se à busca por soluções mais eficazes e econômicas, permitindo maximizar resultados e minimizar custos, ao mesmo tempo em que garante segurança jurídica às contratações. Com base na Lei nº 14.133/2021, tanto o edital quanto o contrato conterão regras claras quanto às obrigações da futura contratada, preservando a necessária competitividade e transparência.

2.5. Visando a boa prestação dos serviços públicos, o INCRA deve otimizar o uso dos seus recursos humanos, especialmente diante da reposição ainda insuficiente de sua força de trabalho. As atividades administrativas, operacionais e auxiliares de natureza acessória podem e devem ser objeto de contratação, liberando os servidores efetivos para o desempenho de suas funções finalísticas, ligadas diretamente à missão institucional.

2.6. Assim, a contratação tem como objetivo suprir, sob a forma de execução indireta, o desenvolvimento de atividades de apoio administrativo nos diversos setores das Superintendências Regionais do INCRA na Região Sudeste e Médio São Francisco, com padrão compatível com as práticas da Administração Pública Federal. Isso assegura a continuidade dos serviços, agiliza fluxos de trabalho, melhora a qualidade da prestação de serviços à sociedade e contribui para o cumprimento da missão institucional do Instituto.

2.7. Os cargos a serem terceirizados já são objetos de contratações anteriores no âmbito do INCRA e sua contratação está em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, que trata da extinção de cargos na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, autorizando sua execução por meio indireto.

2.8. Os cargos extintos ou em extinção, conforme a referida lei, incluem funções administrativas e operacionais como contínuo, recepcionista, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de escritório, telefonista, assistente técnico, auxiliar administrativo, entre outros, todos alinhados às funções objeto deste estudo.

2.9. Ressalta-se que os postos de trabalho pretendidos observam a legislação vigente, que permite a terceirização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios, desde que atendam aos requisitos do artigo 48 da Lei nº 14.133/2021 e aos artigos 7º, 8º e 9º da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017. Também se observa a Portaria nº 443/2018, que estabelece como preferencialmente terceirizáveis os serviços de secretariado e apoio à gestão documental.

Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

XX - secretariado, incluindo o secretariado executivo;

XXII - serviços de escritório e atividades auxiliares de apoio à gestão de documentação, incluindo manuseio, digitação ou digitalização de documentos e a tramitação de processos em meios físicos ou eletrônicos.

2.10. As atividades de apoio administrativo e serviços gerais são essenciais no cotidiano das Superintendências Regionais, pois otimizam tempo, garantem organização interna e permitem que os servidores concentrem seus esforços nas atribuições legais, finalísticas e estratégicas do órgão.

2.11. Os serviços a serem contratados são comuns e de natureza continuada, com padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o parágrafo único do art. 29 e o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A principal missão das atividades meio e de apoio operacional é garantir a plena operacionalização das atividades finalísticas do INCRA, de forma contínua, eficiente, flexível e segura. Apesar de auxiliares, tais atividades são indispensáveis ao funcionamento adequado da Instituição e à execução de sua política pública.

2.13. Diante desse cenário, mostra-se necessária a contratação de serviços de apoio administrativo para assegurar a continuidade das atividades das Superintendências Regionais do INCRA, contribuir para o cumprimento de suas metas institucionais e garantir adequação à nova legislação de regência (Lei nº 14.133/2021), que passou a ser o regime jurídico exclusivo para contratações públicas a partir de abril de 2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Administrativa	36946307836

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1. Prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, nas categorias de técnico e assistente administrativo, conforme demanda de cada Superintendência, discriminada no item 7. deste Estudo.

DURAÇÃO CONTRATUAL:

4.2. A execução dos serviços deve ser iniciada no dia útil imediatamente posterior à assinatura do contrato, ou em data a ser estipulada pelas Superintendências Regionais, no intuito de evitar a descontinuidade dos serviços. Após o recebimento da autorização formal do CONTRATANTE, para início dos serviços, a CONTRATADA deverá alocar imediatamente a mão de obra nos respectivos postos de trabalho nos horários a serem fixados pelo CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, consoante com os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1 No levantamento de mercado buscou-se identificar as soluções existentes no mercado, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5.2 Sob a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções que atendam aos requisitos específicos, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração. Cabe destacar que para os serviços que compõem o objeto desta contratação, há larga escala de contratação pela Administração Pública em todas as esferas

5.3 No caso da contratação pretendida, consistindo basicamente na alocação pela empresa contratada de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que para os mesmos não há exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita neste estudo técnico preliminar é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades.

5.6 A Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Art. 24, inc VI, define a necessidade de realização de pesquisa de preços nos estudos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos licitatórios.

5.7 Realizando uma pesquisa no mercado, identificamos algumas empresas que atendem aos requisitos estabelecidos para a contratação, sendo assim, fica proposta como solução de mercado a contratação pôr posto de serviço, para Apoio Administrativo- ao Incra/MG e Incra no Médio São Francisco, utilizando como critério de pagamento, os serviços efetivamente prestados, incluindo mão-de-obra, quantificados por posto de trabalho.

5.8 Em termos gerais, as características do objeto especificado podem ser observadas em contratações similares, realizadas por outras entidades da Administração Pública Federal, que foram adotadas como parâmetros.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, conforme minuciosamente detalhada nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo, nas categorias mencionadas no item 07 deste ETP, para atendimento às unidades da Administração Pública Federal no âmbito das Superintendências Regionais do INCRA na Região Sudeste, abrangendo os estados de Minas Gerais e São Paulo, bem como para o Incra do Médio São Francisco, a cidade de Petrolina.

6.2. Trata-se de serviço de natureza comum, uma vez que todas as atividades serão desempenhadas por profissionais pertencentes a categorias legalmente reconhecidas, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, estando amplamente disponíveis em mercado específico e estável, composto por diversos fornecedores.

6.3. Os serviços apresentam padrões de desempenho e características técnicas uniformes, com especificações usuais de mercado, o que permite a adoção de critérios objetivos para a contratação, com base no menor preço.

6.4. Dessa forma, o objeto enquadra-se na definição de bens e serviços comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, permitindo a adoção do pregão como modalidade preferencial de licitação.

6.5. A contratação pretendida encontra-se devidamente amparada pelo Decreto nº 9.507/2018, que trata da execução indireta, por meio da contratação de serviços auxiliares no âmbito da Administração Pública Federal.

6.6. A necessidade decorre da insuficiência de servidores próprios nas unidades descentralizadas do INCRA na Região Sudeste, agravada pelas aposentadorias ocorridas nos últimos anos e pela crescente demanda institucional.

6.7. A terceirização da mão de obra está também respaldada pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, que estabelece critérios e orientações para contratações com foco em eficiência, economicidade e qualidade na gestão contratual.

6.8. A presente solução está em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica, padronização dos serviços e otimização dos recursos públicos no âmbito do INCRA.

Justificativa para Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

A contratação dos serviços de apoio administrativo destinados às Superintendências Regionais do INCRA em Minas Gerais (SR-06), São Paulo (SR-08) e Médio São Francisco (SR-25) enquadra-se nas hipóteses de utilização do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 2023, conforme justificativas a seguir.

A demanda apresenta natureza contínua e recorrente, indispensável ao funcionamento administrativo das unidades, com oscilações de volume de trabalho e necessidades que variam entre as Superintendências. Ademais, a contratação deve atender simultaneamente a múltiplas unidades descentralizadas, cujas necessidades específicas podem ser atendidas de forma independente, mas com padronização centralizada.

Dessa forma, a adoção do SRP justifica-se pelos seguintes fundamentos normativos:

- Art. 3º, caput – A solução é conveniente para o gerenciamento de contratação destinada a atender múltiplas unidades do INCRA, permitindo planejamento integrado e racionalização de procedimentos.
- Art. 3º, inciso I – Os serviços apresentam necessidade frequente e contínua, característica típica da atuação administrativa das Superintendências.
- Art. 3º, inciso II – Não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado ao longo da vigência, em razão da variação de cargas de trabalho, redistribuição interna de atividades e demandas operacionais sazonais.
- Art. 3º, inciso IV – A contratação será executada de forma descentralizada, atendendo unidades situadas em diferentes estados da federação.
- Art. 3º, inciso V – A utilização do SRP possibilitará a padronização dos serviços, facilitando a definição uniforme de requisitos, critérios de desempenho e condições de execução.

Considera-se, portanto, que o Sistema de Registro de Preços é o instrumento mais adequado e vantajoso para a contratação pretendida, assegurando flexibilidade, economicidade, padronização e eficiência no atendimento às demandas das Superintendências do INCRA/MG, INCRA/SP e INCRA Médio São Francisco.

Justificativa para vedação à adesão de entidades não participantes

A vedação à adesão de entidades não participantes à futura Ata de Registro de Preços fundamenta-se no art. 7º, incisos I e XI, do Decreto nº 11.462/2023, que autoriza o órgão gerenciador a restringir a participação de não participantes quando tal medida for necessária para assegurar a adequada execução contratual e evitar riscos à gestão da ata.

No presente caso, a contratação diz respeito a serviços de apoio administrativo dimensionados especificamente para atender às necessidades operacionais das Superintendências Regionais do INCRA em Minas Gerais, São Paulo e Médio São Francisco. A possibilidade de adesão de entidades externas poderia comprometer:

- (Art. 7º, I) – o atendimento das quantidades estimadas e a capacidade da futura contratada de priorizar as demandas das unidades participantes, em razão do caráter contínuo e essencial dos serviços;
- (Art. 7º, XI) – a governança e o equilíbrio da ata, diante do aumento imprevisível de demandas, o que poderia impactar a alocação de recursos, o planejamento operacional e a fiscalização da execução.

Assim, a vedação se mostra necessária para assegurar a regularidade da prestação dos serviços, a manutenção das condições planejadas e a integridade da gestão da ata, preservando a compatibilidade entre estimativas, capacidade operacional e necessidades reais do INCRA.

Justificativa para vedação à participação de cooperativas de trabalho

Considerando que o objeto desta contratação consiste na prestação de serviços continuados de apoio administrativo, com dedicação exclusiva de mão de obra, verifica-se a impossibilidade jurídica de participação de cooperativas de trabalho na licitação.

A vedação fundamenta-se, primeiramente, no Termo de Conciliação Judicial homologado pela Justiça do Trabalho nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, no qual foi reconhecida a incompatibilidade entre a contratação de cooperativas de trabalho e a execução de serviços contínuos com dedicação exclusiva, devido às características inerentes do vínculo cooperativista, que não se coadunam com as exigências de supervisão direta, subordinação organizacional e responsabilidade trabalhista típicas desse tipo de serviço.

Além disso, o Parecer n. 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho de Aprovação n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU (NUP 00688.001058/2022-11, sequenciais 27-30), reforça o entendimento de que a participação de cooperativas em contratações que demandem dedicação exclusiva de mão de obra não atende ao interesse público e representa risco jurídico relevante. O parecer orienta que, em tais hipóteses, a Administração deve expressamente vedar a participação dessas entidades, promovendo as adequações necessárias na minuta do edital.

No caso específico do apoio administrativo a ser contratado para o Incra/MG, SP e Médio São Francisco, observa-se que:

- o serviço requer gestão direta da força de trabalho, controle de jornada, substituições, supervisão contínua e atendimento às normas trabalhistas;
- tais exigências são incompatíveis com o modelo de organização e funcionamento das cooperativas de trabalho, que pressupõe autogestão, autonomia e ausência de subordinação direta.

Dessa forma, por razões jurídicas, operacionais e de mitigação de riscos trabalhistas, justifica-se a vedação à participação de cooperativas de trabalho, devendo a medida ser incorporada ao ETP e à minuta do instrumento convocatório.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades previstas neste documento foram estimadas com base na estrutura regimental do INCRA, refletindo a necessidade de adequação quantitativa e qualitativa dos postos de trabalho vinculados às suas atividades fim. Considerou-se, ainda, o uso intensivo do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, bem como o volume de processos administrativos sob gestão das Superintendências Regionais. Essas estimativas visam assegurar o suporte necessário ao desenvolvimento regular e contínuo das atribuições institucionais do INCRA em seus diversos setores.

7.2. METODOLOGIA ADOTADA

O dimensionamento da força de trabalho foi realizado com base em metodologia quantitativa e comparativa, estruturada nos seguintes eixos:

- I – **Carga de trabalho administrativa (horas SEI);**
- II – **Número de Projetos de Assentamento (PA);**
- III – **Número de famílias atendidas;**
- IV – **Capacidade operacional instalada (postos existentes).**

Para conversão da carga de trabalho em postos de trabalho, adotou-se o parâmetro técnico de: **1.920 horas/ano por posto de trabalho** (160 horas mensais)

7.3. DIMENSIONAMENTO COM BASE NA CARGA DE TRABALHO (SEI)

7.3.1. SR(06)MG

- Carga de trabalho anual: **72.768 horas**
- Postos equivalentes: **38**

Situação:

- Atual: 23
- Previsto: 28

Superintendência Regional do INCRA no Estado de Minas Gerais						
Estatística de Processos e documentos gerados ou tramitados por unidade do SEI - Período de 01/04/2025 a 31/03/2026						
Unidade SEI vinculadas ao INCRA/MG	Processos gerados no período	Processos com tramitação no período	Tempos médios de tramitação no período		Documentos gerados no período	Documentos externos inseridos no período
			Em dias	Em horas		
SR(06)MG-A	17	1.203	46	1.104	736	653
SR(06)MG-A1	133	528	132	3.168	764	1.204
SR(06)MG-A2	2277	2.856	91	2.184	509	7.712
SR(06)MG-A3	8	1.871	66	1.584	4.386	7 906
SR(06)MG-A4	13	329	69	1.656	610	194
SR(06)MG-CCA	10	215	109	2.616	117	28
SR(06)MG-D	48	2.216	8	192	3.322	942
SR(06)MG-D1	39	1.067	152	3.648	374	914
SR(06)MG-D2	72	4.972	143	3.432	3.910	4.528
SR(06)MG-D3	209	5.557	95	2.280	4.967	6.363
SR(06)MG-D4	0	10	94	2.256	1	3
SR(06)MG-F	85	2.795	28	672	5.507	662
SR(06)MG-F1	846	3.937	84	2.016	8.015	6.264
SR(06)MG-F2	138	1.001	168	4.032	1.206	1.071
SR(06)MG-F3	39	269	221	5.304	72	60
SR(06)MG-F4	27	579	24	576	793	897
SR(06)MG-G	358	4.625	27	648	8.010	2.560
SR(06)MG-G Apoio	0	17	38	912	4	0
SR(06)MG-G NTI	0	13	71	1.704	0	0
SR(06)MG-G1	0	8	102	2.448	0	0
SR(06)MG-G2	0	9	144	3.456	0	0
SR(06)MG-G3	150	535	32	768	678	421
SR(06)MG-Q	115	914	191	4.584	1.443	448
SR(06)MG-Q1	127	1.082	258	6.192	1.344	887
SR(06)MG-Q2	14	121	104	2.496	178	147
SR(06)MG-T	106	1.116	32	768	2.209	1.127
SR(06)MG-T1	30	398	106	2.544	574	533
SR(06)MG-T2	63	1.921	149	3.576	1.630	1.784
SR(06)MG-T3	32	441	45	1.080	553	674
SR(06)MG-PTC	5	226	104	2.496	909	496

UA(MG) - Montes Claros	319	2.827	34	816	4.862	7.570
UA(MG) - Triângulo Mineiro	390	4.228	65	1.560	10.662	13.654
Total realizado nas 32 unidades	5.670	47.886	---	72.768	68.345	61.796
Média da SR(06) MG	177	1.496	95	2.274	2.136	1.993

7.3.2. SR(08)SP

- Carga de trabalho anual: **109.392 horas**
- Postos equivalentes: **57**

Situação:

- Atual: 31
- Previsto: 40

Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo

Estatística de Processos e documentos gerados ou tramitados por unidade do SEI - Período de 01/04/2025 a 31/03/2026

Unidade SEI vinculadas ao INCRA/SP	Processos gerados no período	Processos com tramitação no período	Tempos médios de tramitação no período		Documentos gerados no período	Documentos externos inseridos no período
			Em dias	Em horas		
SR(08)SP-A	16	728	146	3.504	1.149	165
SR(08)SP-A1	66	492	60	1.440	746	1.522
SR(08)SP-A2	1.438	1.923	118	2.832	2.138	4.180
SR(08)SP-A3	11	392	6	144	642	1.879
SR(08)SP-A4	6	149	135	3.240	196	106
SR(08)SP-CCA	26	404	184	4.416	271	187
SR(08)SP-D	397	5.246	124	2.976	5.849	5.852
SR(08)SP-D1	538	3.243	280	6.720	2.372	4.246
SR(08)SP-D2	288	982	169	4.056	1.623	3.012
SR(08)SP-D3	854	8.101	297	7.128	1.886	7.505
SR(08)SP-D4	10	72	101	2.424	80	122
SR(08)SP-F	604	3.396	18	432	6.452	4.448
SR(08)SP-F1	51	2.743	171	4.104	7.693	2.409
SR(08)SP-F2	18	1.180	274	6.576	632	383
SR(08)SP-F3	8	166	271	6.504	24	24
SR(08)SP-F4	7	118	154	3.696	82	313
SR(08)SP-G	187	3.614	7	168	7.002	926
SR(08)SP-G Apoio	0	17	211	5.064	0	0
SR(08)SP-G NTI	2	42	223	5.352	26	110
SR(08)SP-G1	1.521	1.638	3	72	1.562	3.263
SR(08)SP-G2	0	9	67	1.608	1	1
SR(08)SP-G3	12	42	102	2.448	37	74
SR(08)SP-Q	77	607	56	1.344	1.058	439

SR(08)SP-Q1	146	467	113	2.712	837	834
SR(08)SP-Q2	0	41	279	6.696	1	1
SR(08)SP-T	87	724	135	3.240	897	818
SR(08)SP-T1	11	146	178	4.272	142	633
SR(08)SP-T2	290	4.103	275	6.600	335	3.291
SR(08)SP-T3	19	510	213	5.112	375	1.085
SR(08)SP-Terra Cidadã	1	76	188	4.512	159	376
Total realizado nas 30 unidades	6.691	41.371	---	109.392	44.267	48.204
Média da SR(08) SP	223	1.379	152	3.646	1.476	1.607

7.2.3. SR(29)MSF

- Carga de trabalho anual: **105.864 horas**
- Postos equivalentes: **55**

Situação:

- Atual: 18
- Previsto: 18

Superintendência Regional do INCRA na SR(29)MSF						
Estatística de Processos e documentos gerados ou tramitados por unidade do SEI - Período de 01/04/2025 a 31/03/2026						
Unidade SEI vinculadas ao INCRA/MSF	Processos gerados no período	Processos com tramitação no período	Tempos médios de tramitação no período	Tempos médios de tramitação no período2	Documentos gerados no período	Documentos externos inseridos no período
			Em dias	Em horas		
SR(29)MSF-A	54	537	164	3.936	779	422
SR(29)MSF-A1	36	300	111	2.664	288	326
SR(29)MSF-A2	57	244	215	5.160	1.205	1.207
SR(29)MSF-A3	6	309	102	2.448	879	388
SR(29)MSF-A4	2	104	116	2.784	104	51
SR(29)MSF-CCA				0		
SR(29)MSF-CDR	0	4	278	6.672	0	0
SR(29)MSF-D	612	6.466	318	7.632	3.419	6.589
SR(29)MSF-D1	20	247	148	3.552	236	552
SR(29)MSF-D2	583	1.682	122	2.928	627	1.694
SR(29)MSF-D3	141	942	106	2.544	248	815
SR(29)MSF-D4	1	22	153	3.672	7	18
SR(29)MSF-Rede Estratégica	0	12	187	4.488	0	0

SR(29)MSF-F	185	729	62	1.488	1.343	1.029
SR(29)MSF-F1	48	318	101	2.424	458	419
SR(29)MSF-F2	36	297	84	2.016	557	375
SR(29)MSF-F3	0	30	128	3.072	5	0
SR(29)MSF-F4	23	269	91	2.184	405	988
SR(29)MSF-G	177	1.732	110	2.640	2.863	1.207
SR(29)MSF-G1	0	6	135	3.240	0	0
SR(29)MSF-G2	0	5	250	6.000	0	0
SR(29)MSF-G3	0	9	174	4.176	0	0
SR(29)MSF-G apoio	1	57	160	3.840	0	0
SR(29)MSF-G NTI	0	5	200	4.800	0	0
SR(29)MSF-Q	26	487	119	2.856	465	278
SR(29)MSF-Q1	1	15	144	3.456	2	25
SR(29)MSF-Q2	0	2	133	3.192	0	0
SR(29)MSF-SC	1	29	127	3.048	79	99
SR(29)MSF-T	35	1.307	33	792	1.221	351
SR(29)MSF-T1	6	168	154	3.696	246	122
SR(29)MSF-T2	463	1.528	27	648	869	2.681
SR(29)MSF-T3	18	95	45	1.080	100	243
SR(29)MSF-Terra Cidadã	1	44	114	2.736	77	196
Total realizado nas 30 unidades	2.533	18.001	---	105.864	16.482	20.075
Média da SR (29)MSF	79	563	138	3.208	515	627

7.4. ANÁLISE COMPLEMENTAR – PROJETOS DE ASSENTAMENTO E FAMÍLIAS

7.4.1. Dados consolidados

SR	PA	Famílias	Atual	Previsto
MG	342	15.545	23	28
SP	298	19.839	31	40
MSF	350	16.000	18	18

7.4.2. Indicadores de pressão operacional

Famílias por posto

--	--	--

SR	Atual	Pós-edital
MG	675,87	555,18
SP	639,97	495,98
MSF	888,89	888,89

Projetos por posto

SR	Atual	Pós-edital
MG	14,87	12,21
SP	9,61	7,45
MSF	19,44	19,44

7.5. COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (SERVIDORES + CPNU)

7.5.1. Quadro consolidado

SR	Servidores ativos	CPNU	Total servidores	Terceirizados
MG	87	18	105	23
SP	84	15	99	31
MSF	40	4	44	18

7.6. Análise técnica

Os servidores efetivos, inclusive os ingressantes via CPNU, desempenham predominantemente atividades:

- finalísticas (regularização fundiária, titulação, crédito);
- estratégicas e decisórias;
- de supervisão institucional.

Os postos terceirizados, por sua vez, são destinados a:

- atividades operacionais e contínuas;
- suporte administrativo;

- tramitação processual e atendimento.

7.7. Conclusão

não há substituição de servidores por terceirizados
as funções são complementares
a necessidade de apoio administrativo permanece elevada

7.8. ANÁLISE CONSOLIDADA DO DIMENSIONAMENTO

SR	Necessidade teórica	Atual	Previsto
MG	38	23	28
SP	57	31	40
MSF	55	18	18

7.8. Considerando o porte institucional e a extensão territorial das Superintendências Regionais do INCRA na Região Sudeste e no Médio São Francisco, bem como as especificidades locais, as atividades administrativas comuns desenvolvidas por cada unidade, a demanda específica de cada divisão, os sistemas a serem operados e os processos a serem digitalizados, foi estimado o quantitativo de profissionais nas funções de Assistente Administrativo e Técnico em Secretariado, conforme a seguinte distribuição:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM MINAS GERAIS - SR(06)MG					
UNIDADES DE LOTAÇÃO	CARGO	CBO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT.
Superintendência Regional INCRA /MG	Técnico em Secretariado	3515-05	16578	POSTO	7
Superintendência Regional do INCRA/MG Superintendência Regional do INCRA/MG - U.A. MONTES	Assistente administrativo	4110-10	5380	POSTO	21
CLAROS SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM SÃO PAULO - SR(08)SP					
UNIDADES DE LOTAÇÃO	CARGO	CBO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT.
Superintendência Regional INCRA /SP	Técnico em Serviços Administrativos	3515-05	16578	POSTO	40

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO MÉDIO SÃO FRANCISCO - SR(29)MSF					
UNIDADES DE LOTAÇÃO	CARGO	CBO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT.
Superintendência Regional INCRA/MSF	Assistente Técnico nível superior	4110-10	5380	POSTO	10
Superintendência Regional do INCRA/MSF	Atendente administrativo nível médio	4110-05	5380	POSTO	08

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.184.944,22

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 36.184.944,22

8.2. A estimativa de preço da contratação estão detalhadas abaixo, conforme planilha de custos e formação de Preços SEI nº 25904454, 25904477 e 25964580.

Grupo	Item	Localidade	Posto	Quantidade de Postos/ Funcionários	Valor do Funcionário	Valor Total Mensal Estimado	Valor Global (contrato de 12 meses)	Valor Global (contrato de 60 meses)
1	1	Belo Horizonte – INCRA/MG – SEDE	Técnico em Secretariado	7	R\$ 8.277,89	R\$ 57.945,26	R\$ 695.343,09	R\$ 3.476.715,47
	2	Belo Horizonte – INCRA/MG – SEDE	Assistente Administrativo	21	R\$ 6.482,93	R\$ 136.141,59	R\$ 1.633.699,03	R\$ 8.168.495,40
Serviços de Apoio Administrativo - UASG 373055 – SR/INCRA/MG				28		R\$ 194.086,84	R\$ 2.329.042,13	R\$ 11.645.210,90

INCRA - SR(08)SP								
Grupo	Item	Localidade	Posto	Quantidade de Postos/ Funcionários	Valor do Funcionário	Valor Total Mensal Estimado	Valor Global (contrato de 12 meses)	Valor Global (contrato de 60 meses)
2	3	SÃO PAULO – INCRA/SP – SEDE	Técnico em Serviços Administrativos	40	R\$ 7.741,83	R\$ 309.673,16	R\$ 3.716.077,92	R\$ 18.580.389,34
Serviços de Apoio Administrativo - UASG 373066 – SR/INCRA/SP				40		R\$ 309.673,16	R\$ 3.716.077,92	R\$ 18.580.389,34

INCRA - SR(29)MSF								
Grupo	Item	Localidade	Posto	Quantidade de Postos/ Funcionários	Valor do Funcionário	Valor Total Mensal Estimado	Valor Global (contrato de 12 meses)	Valor Global (contrato de 60 meses)
3	4	Petrolina/INCRA /MSF	Assistente técnico	10	R\$ 6.554,79	R\$ 65.547,90	R\$ 786.574,80	R\$ 3.932.874,00
	5	Petrolina/INCRA /MSF	Atendente Administrativo	08	R\$ 4.221,82	R\$ 33.774,56	R\$ 405.294,72	R\$ 2.026.473,60
	Serviços de Apoio Administrativo - UASG – 373050 - SR/INCRA/MSF(29)				18	99.322,46	R\$ 1.191.869,52	5.959.347,60

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A análise técnica realizada identificou que o objeto da contratação — prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo — pode ser dividido em lotes distintos e independentes entre si, sem prejuízo à funcionalidade e à eficiência da solução como um todo. As atividades a serem executadas são padronizadas, mas a execução está diretamente vinculada às necessidades específicas de cada Superintendência Regional do INCRA na Região Sudeste e na Superintendência do Incra no Médio São Francisco.

9.2. Considerando que cada Superintendência Regional (Minas Gerais, São Paulo e Médio São Francisco/Petrolina) possuem estrutura organizacional, volume de demandas e especificidades operacionais próprias, opta-se por atribuir a cada unidade a responsabilidade pela gestão e fiscalização do seu respectivo contrato, o que reforça a viabilidade técnica e administrativa do parcelamento.

9.3. O parcelamento do objeto se justifica ainda pelos seguintes fatores:

- Maior economicidade, pois amplia a competitividade entre fornecedores locais ou regionais, inclusive empresas de menor porte;
- Facilidade de adaptação às realidades locais, respeitando a demanda e a capacidade operacional de cada Superintendência;
- Melhor gestão contratual, uma vez que cada unidade poderá estabelecer cronogramas, rotinas e interlocuções ajustadas à sua realidade;
- Minimização de riscos contratuais, ao evitar que falhas na execução em uma unidade impactem as demais;
- Incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo o desenvolvimento econômico regional;
- Atende ao princípio da descentralização administrativa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que valoriza soluções sob medida para diferentes contextos da Administração Pública.

9.4. O Tribunal de Contas da União também entende como adequada a adoção do parcelamento quando este aumenta a competitividade, reduz custos e facilita o atendimento das necessidades locais, desde que tecnicamente justificável, como é o caso presente. A execução contratual autônoma por Superintendência permite maior controle, transparência e eficiência, além de mitigar eventuais dificuldades logísticas e operacionais em uma contratação centralizada.

9.5. Assim, conclui-se que o parcelamento do objeto por Superintendência Regional configura uma solução vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer a unidade do planejamento, a padronização dos serviços e o alinhamento institucional entre as regionais envolvidas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Técnico em Secretariado

CRT 0011/2025 AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS Empresa: BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	CRT 0022/2024 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) Empresa: APPA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS E EFETIVOS LTDA	CRT 0043 /2025 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO Empresa: MG ECCARD LTDA	CRT 04/2025 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO TOCANTINS (SR/PF/TO) Empresa: AMERICA BRASIL SUL SERVICOS LTDA
---	---	---	--

Início da vigência: 09/07/2025	Início da vigência: 11/10/2024	Início da vigência: 01/08/2025	Início da vigência: 01/07/2025
CNPJ: 36.770.8570001-38	CNPJ: 05.969.071/0001-10	CNPJ: 21.603.466/0001-51	CNPJ: 07.800.844/0001-66
Valor unitário / Valor Anual Total	Valor unitário / Valor Anual Total	Valor unitário / Valor Anual Total	Valor unitário / Valor Anual Total
R\$ 7.623,11	R\$ 7.584,65	R\$ 10.399,00	R\$ 8.444,27
R\$ 91.477,32	R\$ 91.015,80	R\$ 124.788,00	R\$ 101.331,24

Assistente Administrativo

CRT 0006/2025 MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL Empresa: G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	CRT 274/2025 FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS Empresa: J & L MANUTENÇÕES E SERVIÇOS LTDA	CRT 56/2025 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA Empresa: SOLSERV SERVIÇOS LTDA	CRT 10/2024 MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID Empresa: ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENCAO E INSTALACOES LTDA
Início da vigência: 30/01/2024	Início da vigência: 01/09/2025	Início da vigência: 04/04/2025	Início vigência: 13/09/2024
CNPJ: 07.094.346/0001-45	CNPJ: 40.165.137/0001-10	CNPJ: 14.056.350/0001-84	CNPJ: 04.768.702/0001-70
Valor unitário / Valor Anual Total	Valor unitário / Valor Anual Total	Valor unitário / Valor Anual Total	Valor unitário / Valor Anual Total
R\$ 7.809,47	R\$ 8.860,44	R\$ 8.666,01	R\$ 7.120,52
R\$ 93.713,64	R\$ 106.325,28	R\$ 103.992,12	R\$ 85.446,24

Técnico Administrativo

AGU - SUPERINT. DE ADMINISTRACA O EM SAO PAULO	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL – SUPERINTENDÊNCI A DO IPHAN SÃO PAULO	AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SPÁGUAS	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
UASG: 110099	UASG: 343009	UASG: 262101	UASG: 373066
Pregão: 90001/2024	Pregão: 90003/2025	Pregão: 90002/2025	Pregão: 0004/2022
Nível Médio	Nível Médio	Nível Médio	Nível Médio
Assistente Administrativo	Assistente de Escritório	Auxiliar Administrativo	Técnico em Serviços Administrativos
R\$ 8.378,17	R\$ 8.311,24	R\$ 10.579,08	R\$ 6.013,51

Atendente Administrativo

--	--	--

<p>CRT nº 53/2024</p> <p>Início da Vigência: 05/02/2025</p> <p>Tribunal Regional Federal 5ª Região.</p> <p>Empresa: J.J SERVICOS DE TERCEIRIZACAO LTDA, CNPJ: 26.343.176/0001-30</p>	<p>CRT nº 01/2025</p> <p>Início da Vigência: 02/01/2025</p> <p>Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco.</p> <p>Empresa: ATIVA SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI, CNPJ: 22.778.636/0001-00</p>	<p>ATA SRP - processo nº 3251.2024.AC 80.PE.0755. SAD</p> <p>Início da Vigência: 09/10/2025</p> <p>Secretaria de Administração do Governo de Pernambuco.</p> <p>Empresa: MEGA SERVICE CONSTRUTORA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 03.651.527/0001-74</p>
<p>UASG: 090031</p>	<p>UASG: 389334</p>	<p>UASG: 926150</p>
<p>Pregão: 90027/2024</p>	<p>Pregão: 90009/2024</p>	<p>Pregão: 90755/2025</p>
<p>Nível Médio</p>	<p>Nível Médio</p>	<p>Nível Médio</p>
<p>Apoio Administrativo</p>	<p>Atendente Administrativo</p>	<p>Apoio Administrativo</p>
<p>R\$ 4.009,61</p>	<p>R\$ 3.235,18</p>	<p>R\$ 3.044,64</p>

Suporte Administrativo

<p>CRT nº 0055/2024</p> <p>Início da Vigência: 30/12/2024</p> <p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA 5ª REGIÃO</p> <p>Empresa: GJB LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 11.250.911.0001-93</p>	<p>CRT nº 279/2024</p> <p>Início da Vigência: 03/06/2024</p> <p>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE PERNAMBUCO</p> <p>Empresa: PERNAMBUCO CONSERVADORA EIRELI, CNPJ: 02.633.574/0001-22</p>
<p>UASG: 110096</p>	<p>UASG: 393029</p>
<p>Pregão: 90023/2024</p>	<p>Pregão: 634/2023</p>
<p>Nível Superior</p>	<p>Nível Superior</p>
<p>Apoio Técnico Administrativo I</p>	<p>Auxiliar Administrativo Nível Superior III</p>
<p>R\$ 6.964,56</p>	<p>R\$ 5.580,92</p>

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação em análise está devidamente inserida no Plano Anual de Contratações do INCRA, em conformidade com o disposto no inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, refletindo o planejamento estratégico institucional e a previsão orçamentária vigente para o exercício.

11.2. A demanda está alinhada à estratégia de continuidade da prestação dos serviços de apoio administrativo, essenciais ao desempenho das atividades finalísticas da Autarquia nas Superintendências Regionais localizadas na Região Sudeste e no Médio São Francisco, considerando as diretrizes de modernização administrativa, digitalização de processos e racionalização da força de trabalho.

11.3. A formalização do novo instrumento contratual deverá ocorrer de forma sincronizada com o encerramento ou suspensão dos contratos atualmente vigentes, especialmente no que tange à unidade da Superintendência Regional de Minas Gerais (SR/MG), de modo a garantir a transição contratual sem descontinuidade da prestação dos serviços.

11.4. Essa compatibilização temporal é necessária à preservação do princípio da continuidade do serviço público, previsto no art. 6º da Lei nº 14.133/2021, bem como à mitigação de riscos operacionais, assegurando a manutenção da capacidade administrativa mínima necessária ao funcionamento das unidades descentralizadas.

11.5. Por fim, a contratação contribui para o cumprimento das metas institucionais de eficiência e melhoria dos processos internos, sendo resultado de planejamento prévio que observa os requisitos legais e os princípios da economicidade, eficiência e planejamento da contratação pública.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação proposta visa proporcionar os seguintes benefícios à Administração Pública e ao funcionamento das Superintendências Regionais do INCRA na Região Sudeste e no Médio São Francisco:

- Otimização das atividades administrativas, assegurando maior agilidade, qualidade e precisão na execução dos serviços de apoio.
- Permitir que servidores públicos se dediquem prioritariamente às atividades finalísticas, reduzindo a sobrecarga com tarefas auxiliares e acessórias.
- Garantia da prestação ininterrupta dos serviços essenciais, evitando descontinuidade que possa impactar a rotina administrativa das unidades.
- Adequação das contratações às especificidades regionais, respeitando o porte, volume de processos e particularidades de cada Superintendência Regional.
- Adequação integral às normativas vigentes, em especial à Lei nº 14.133/2021, assegurando segurança jurídica, transparência e observância dos princípios administrativos.
- Fortalecimento da comunicação interna, integração entre setores e melhor organização documental, promovendo ambiente de trabalho mais produtivo e colaborativo.
- Obtenção de condições comerciais mais vantajosas por meio da competitividade entre fornecedores e padronização dos serviços, contribuindo para a redução dos custos públicos.

12.2. Realizar a contratação de empresa apta a executar os serviços pretendidos, no melhor custo benefício possível, atendendo as todas as legislações correlatas.

12.3. O foco desta contratação é a otimização das atividades realizadas nas Superintendências, de modo que os serviços possam ser realizados com maior eficiência, permitindo que seus servidores possam estar focados nas atividades de gestão, planejamento e controle.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Estrutura Física

13.1.1. Não será necessária qualquer alteração na infraestrutura física do órgão, uma vez que os locais e a estrutura destinados aos postos de trabalho já se encontram disponíveis. Nas unidades ainda não beneficiadas com a prestação dos serviços, também não se prevê necessidade de adaptações, considerando a existência de salas e equipamentos adequados para o pessoal terceirizado.

13.2. Designação da Equipe de Fiscalização e Gestão Contratual

13.2.1. Deverá ser formalmente designada a equipe de servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, encarregada do acompanhamento contínuo da execução dos serviços. Esta equipe deverá receber

capacitação periódica, sempre que identificada necessidade, visando garantir a efetividade e conformidade da fiscalização.

13.3. Monitoramento e Revisão da Demanda

13.3.1. Deverá ser realizado monitoramento contínuo das demandas atendidas, promovendo revisões periódicas quanto à necessidade de adequação do quantitativo de postos de trabalho, seja para ampliação ou redução, conforme as necessidades institucionais e disponibilidade orçamentária da Autarquia.

13.4. Designação Formal dos Fiscais de Contrato

13.4.1. É imprescindível que seja formalizada a designação dos fiscais do contrato, conforme previsto nas normas internas e legais, assegurando a responsabilidade técnica pela supervisão dos serviços contratados.

13.5. Verificação da Habilitação da Contratada

13.5.1. Antes da assinatura do contrato, deverá ser realizada verificação rigorosa das condições de habilitação da empresa contratada, para assegurar conformidade com os requisitos legais, técnicos e administrativos exigidos no edital.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/21 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

14.2. A contratação deve observar a Lei 12.305/10 da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as motivações contidas neste Estudo Técnico Preliminar que evidenciam que a contratação pleiteada se mostra viável, além de ser essencial para o atendimento das necessidades e interesses das Superintendências Regionais do Sudeste, reputamos possível e exequível a contratação pretendida, motivo pelo qual opinamos favoravelmente pela viabilidade do objeto em comento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WANDERLEY DE OLIVEIRA BRITO

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 15:40:31.

LEILIANNE DUARTE GURGEL D AVILA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 16:03:44.